

Título: Garantia da lei e da ordem durante as crises e o equilíbrio institucional: papel político-constitucional do exército brasileiro

Autor(es) Gabriel Firmato Glória Dolabella; Natan Oliveira Lima; Stella de Souza Ribeiro de Araujo; Carlos Alberto Pereira das Neves Bolonha*

E-mail para contato: bolonhacarlos@gmail.com

IES: UFRJ / Rio de Janeiro

Palavra(s) Chave(s): capacidade institucional; poderes ultravivis; exército brasileiro; garantia da lei e da ordem

RESUMO

Desde a abertura democrática em 1988, a atuação militar em território nacional, principalmente em perímetro urbano, é tratada com grande receio pela população civil. O legislador, preocupado em limitar temporal e espacialmente o emprego de tropas militares em situações de exceção, criou o advento de Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). A atuação das Forças Armadas para solução de situações caóticas de crises institucionais, nos últimos vinte e seis anos, aparece em número relevante, posicionando tal matéria sob justo enfoque acadêmico. Nesse contexto, questiona-se qual o papel das Forças Armadas, definido no Art. 144 e na redação da Lei Complementar 97/1999, à luz do Art. 5º da CF, como ator político no controle da crise e na manutenção da ordem? Têm-se como objeto do presente trabalho o papel das Forças Armadas como ator político na controle de crises institucionais, em particular, o Exército Brasileiro. Propõe-se que o emprego do Exército Brasileiro maximiza a proposta stricto sensu de intervenção GLO em âmbito Federal e Estadual, envolvendo a instituição no jogo político e tornando-a responsável pela garantia dos direitos fundamentais. Argumenta-se a imprescindibilidade da administração de um quadro de crise institucional, quando da ausência de órgãos que presentem o Estado. Esta administração foi delegada às Forças Armadas, com prevalência de emprego de pessoal do Exército Brasileiro. À luz da Teoria Institucional, nas obras de Adrian Vermeule e Eric Posner, têm-se o conceito de situações de alto risco que representam a iminência de um crise institucional. Na publicação conjunta, intitulada "The Executive Unbound", as crises institucionais norte-americanas são apresentadas e discutidas sob o viés do equilíbrio entre Poderes. No caso brasileiro, importa observar como a crise é administrada, pelas Forças Armadas, dimensionando o papel institucional das mesmas. Metodologicamente, observam-se critérios e parâmetros analíticos: temporalmente, no último período democrático brasileiro, desde 1988; espacialmente, em plano Federal e Estadual; materialmente, a partir do levantamento de dados que demonstrem a importância dada às operações GLO no cenário político. Com objetivos gel, este trabalho visa demonstrar a imprescindibilidade da atuação das Forças Armadas como mantenedor do equilíbrio institucional. Além disso, este trabalho tem por objetivo específicos verificar se os direitos fundamentais são assegurados e dimensionar a importância do Exército para a ordem constitucional-democrática. Os resultados parciais do início do projeto de pesquisa dizem respeitàs notórias ações do Exército brasileiro no que concerne ao cumprimento dos requisitos formais da GLO e da função de apresentar o Estado no meio do caos. Conclui-se que a necessidade da atuação das Forças Armadas apresenta-se como último meio legal para solução dos quadros de crise. Tal atuação é orientada de maneira a garantir os direitos fundamentais. Observa-se também o conjunto das três Forças como ator político responsável por apresentar o Estado como um todo. Depreende-se, pois, das ações dessa instituição, a responsabilidade pela garantia e estabilidade da ordem institucional.